

**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 1

GRUPO II – DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

QUESTÃO 1

É possível a aplicação do princípio da insignificância a delitos praticados por pessoas reincidentes ou que possuam maus antecedentes? Fundamente a sua resposta.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

1 Princípios constitucionais do direito penal.

PADRÃO DE RESPOSTA

Em que pese a jurisprudência majoritária do STF e STJ de não aplicar o princípio da insignificância para réus reincidentes ou com maus antecedentes, essa posição não é a mais adequada, uma vez que a insignificância exclui a tipicidade material do fato, que não se relaciona a aspectos subjetivos do autor do fato. Portanto é possível, do ponto de vista técnico, a aplicação desse princípio nas hipóteses apresentadas. A posição dos tribunais superiores se imiscui em uma ideologia de direito penal do autor, deturpando a concepção do direito penal do fato.

**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 1

GRUPO II – DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Um procurador da República requereu o arquivamento de determinado inquérito policial ao juiz federal, que considerou equivocadas as razões e determinou a remessa dos autos à Câmara de Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 28 do CPP. A Câmara concordou com o magistrado e determinou que outro membro do MPF oferecesse a denúncia. Distribuída a denúncia ao mesmo magistrado, por prevenção, este a recebeu.

Discorra sobre a inconstitucionalidade da situação narrada, indicando os princípios processuais penais nela envolvidos.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

1 Processo, Constituição e Democracia: aspectos técnicos, científicos, teóricos e críticos. Processo e procedimentos penais no Estado Democrático de Direito. Teoria Geral do Processo e Processo Penal Democrático. Teorias do Processo e Processo Penal. Princípios Constitucionais do Processo em Geral. Princípios Constitucionais do Processo Penal. Princípios Constitucionais do Processo Penal Democrático e Jurisdição.

PADRÃO DE RESPOSTA

Embora a jurisprudência e a doutrina dominantes entendam pela constitucionalidade do art. 28 do CPP, tendo em conta uma suposta necessidade de o Judiciário fiscalizar o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública, há forte crítica doutrinária que aponta a inconstitucionalidade daquele dispositivo por violar o princípio acusatório. Ademais, ainda que reste intocada a constitucionalidade, o recebimento da denúncia pelo mesmo magistrado desconsidera a imperiosidade de se observar o princípio da imparcialidade em seu viés objetivo, que impõe que juízes e tribunais aparentem aos olhos de todos serem imparciais. A prevenção, nesta hipótese, deveria ser um critério de exclusão da competência.